



Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ nº 08.157.460/0001-30
Ipatinga - MG

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.159	12	2.139	40
Títulos e valores mobiliários	6	26	1.448	81	90.110
Empréstimos a receber	17	2.463	-	-	-
Outros créditos	17	1.364	552	284	17
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		5.012	2.012	2.504	90.167
Tributos a recuperar		620	458	665	2161
Títulos e valores mobiliários	6	6.450	6.802	12.900	13.766
Depósitos judiciais		-	-	378	-
Investimentos	7	70.192	224.654	-	-
Imobilizado	8	7	6	178.861	309.662
Intangível	9	13	3	1.444	1.341
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		77.282	231.923	194.248	326.930
TOTAL DO ATIVO		82.294	233.935	196.752	417.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PASSIVO					
Fornecedores	10	261	304	5.829	5.509
Tributos a recolher		56	42	1.911	348
Empréstimos e financiamentos	11	195.122	211.502	148.585	223.544
Provisão de perdas - Partes relacionadas	7	8.761	-	-	-
Outros débitos		180	137	180	138
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		204.380	211.985	156.505	229.539
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	162.333	165.608
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	162.333	165.608
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12	185.647	137.608	185.647	137.608
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.150	-	2.150	-
Prejuízos acumulados		(309.883)	(115.658)	(309.883)	(115.658)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(122.086)	21.950	(122.086)	21.950
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		82.294	233.935	196.752	417.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	13	(163.223)	(43.746)	(148.559)	(41.993)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos	8	-	-	(138.516)	(38.878)
Outras despesas		-	(18)	(5.950)	(265)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(163.223)	(43.328)	-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(163.223)	(43.746)	(148.559)	(41.993)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		1.047	1.868	2.669	1.867
Despesas financeiras		(32.049)	(31.088)	(42.826)	(31.105)
PREJUÍZO ANTES DO IR/CS		(194.225)	(72.966)	(188.716)	(71.231)
Imposto de renda e contribuição social corrente	15	-	(9)	(5.509)	(1.744)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(194.225)	(72.975)	(194.225)	(72.975)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	18	(1,05)	(0,53)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo líquido do exercício		(194.225)	(72.975)	(194.225)	(72.975)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(194.225)	(72.975)	(194.225)	(72.975)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		137.608	-	(42.683)	94.925
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(72.975)	(72.975)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		137.608	-	(115.658)	21.950
Integralização de capital	12	48.039	2.150	-	50.189
Prejuízo líquido do exercício	12	-	-	(194.225)	(194.225)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		185.647	2.150	(309.883)	(122.086)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(4.036)	4.361	(15.669)	(14.179)
Caixa Aplicado nas Operações		(3.075)	(1.318)	(13.315)	(4.033)
Prejuízo líquido do exercício		(194.225)	(72.975)	(194.225)	(72.975)
Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos	7	-	-	138.516	38.878
Provisão para IRPJ e CSLL		-	9	5.509	1.744
Despesa com juros sobre empréstimos e financiamentos	11	28.973	28.320	39.433	28.320
Juros sobre mútuos		(45)	-	-	-
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários		(1.001)	-	(2.548)	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	163.223	43.328	-	-
Variações nos Ativos e Passivos		(961)	5.679	(2.354)	(10.146)
Tributos a recuperar		(162)	(458)	1.496	(1.625)
Outros créditos		(813)	6.449	(1.066)	133
Fornecedores	10	(43)	(175)	1.119	(6.724)
Tributos a recolher		14	3	(223)	(227)
IRPJ e CSLL pagos		-	(93)	(3.723)	(1.658)
Outros débitos		43	(47)	43	(45)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimento		347	17.851	85.246	(7.570)
Aquisição de títulos e valores mobiliários		(1.000)	(400.802)	(2.180)	(470.340)
Resgate de títulos e valores mobiliários		3.776	420.331	95.622	493.232
Cessão de mútuo	17	(3.028)	-	-	-
Recebimento de mútuo	17	600	-	-	-
Recebimento de juros sobre mútuo	17	10	-	-	-
Aquisições sobre bens de ativo imobilizado	8	(1)	(1.675)	(8.093)	(30.381)
Aquisição de intangíveis	9	(10)	(3)	(103)	(81)
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		4.836	(22.260)	(67.478)	21.721
Aumento de Capital	12	48.039	-	48.039	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	2.150	-	2.150	-
Captação de empréstimos e financiamentos	11	219.220	394.000	157.190	456.574
Amortização de empréstimos e financiamentos	11	(248.898)	(390.000)	(246.442)	(398.252)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	(15.675)	(26.260)	(28.415)	(36.601)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.147	(48)	2.099	(28)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	12	60	40	68
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	1.159	12	2.139	40
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.147	(48)	2.099	(28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Guanhões Energia S.A. ("Companhia" ou "Guanhões Energia") é uma sociedade por ações de capital fechado em fase pré-operacional, constituída em junho de 2006, com sede na cidade de Ipatinga - MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais quetotalizam 44,0 MW de Potência Instalada.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato EPC com o Consórcio Construtor PCHs Guanhões ("CCPG") em setembro de 2012. Durante a fase de implantação, o projeto foi impactado por questões relacionadas ao cumprimento do Contrato EPC, especialmente no tocante ao fornecimento dos equipamentos eletromecânicos tendo como consequência o atraso na montagem eletromecânica das PCHs Senhora do Porto, Dores de Guanhões, Jacaré e Fortuna II.

Em fevereiro de 2015 houve a formalização do 8º Termo Aditivo ao Contrato EPC, que proporcionou uma alavancagem do projeto, devido ao aporte de R\$15.900 para que o Consórcio cumprisse o cronograma de datas de disponibilidade para a entrada em Operação Comercial com o Epecista, com a primeira máquina prevista para iniciar em agosto de 2015 e a última em março de 2016.

No mês de julho de 2015, a Guanhões Energia recebeu do Consórcio Construtor PCHs Guanhões ("CCPG") uma carta solicitando a postergação do período de entrada em operação comercial das UG's das PCHs, para ocorrer entre os meses de dezembro de 2015 a julho de 2016.

Entre os meses de julho e agosto de 2015, foram expedidas notificações pela Guanhões Energia ao Epecista. Nas referidas notificações foram levantadas questões sobre as atualizações do cronograma de implantação, inadimplência quanto ao cumprimento das datas pactuadas no 8º TAC, além de alertar o CCPG sobre possíveis penalidades contratuais.

Em setembro de 2015, foram recebidas outras duas cartas do Consórcio Construtor solicitando nova alteração no início da disponibilidade para operação comercial das UG's. A primeira carta recebida indicou que o início da disponibilidade das Unidades Geradoras das PCHs ocorreria de janeiro e agosto de 2015, já a segunda para o final de setembro de 2015, e por último o Consórcio solicitou outra postergação das datas pactuadas, desta vez definindo que o início da operação comercial somente ocorreria em março e terminaria em dezembro de 2016.

Nos meses de outubro e novembro de 2015 a Guanhões Energia comunicou que não concederia os novos prazos solicitados pelo Consórcio. Foi concedido ao Consórcio um prazo de cura de 30 dias para a solução da inadimplência, conforme cláusulas dos seguros.

Além disso, foram enviadas para as seguradoras Potencial, Fairfax e Austral, correspondências comunicando sobre a expectativa de abertura de sinistro e a concessão de prazo dado ao Consórcio Construtor para cumprimento das obrigações.

Importante frisar que neste interim foram enviadas notificações referentes ao descumprimento de outras obrigações contratuais pelo Consórcio, entre elas: (I) Renovações de Apólices de Seguros Vincendos; (II) Descumprimento do Cronograma da PCH Fortuna II e (III); Não conclusão da supressão vegetal da LT de 34,5 kV da PCH Fortuna II.

Devido a tais circunstâncias, foram enviadas ao Consórcio Construtor notificações extrajudiciais comunicando sobre a retenção dos pagamentos para a compensação das multas aplicadas, caso não fosse sanada a inadimplência e não fossem pagas as multas.

Como mencionado acima o Consórcio Construtor apresentou atrasos no fornecimento de equipamentos, suprimentos e serviços nos prazos definidos em contrato, o que impactou diretamente na execução do cronograma de implantação das PCHs, tendo sido incapaz de solucionar seu inadimplimento no prazo de cura que lhe foi concedido. Além disso, o Consórcio Construtor não apresentou qualquer plano de recuperação dos atrasos, tampouco demonstrou sua capacidade de cumprir as datas dos novos cronogramas que propôs. Diante desses fatos, o Contrato EPC foi rescindido no dia 15 de dezembro de 2015.

Após a rescisão do Contrato EPC, foi enviada no dia 22 de dezembro de 2015 a correspondência comunicando a abertura de reclamação de sinistro com a seguradora Potencial solicitando indenização referente à garantia do valor adicional, pactuado através do 8º Termo Aditivo.

Em 08 de janeiro de 2016 foram enviadas correspondências para abertura de reclamação de sinistro com as seguradoras Austral e Fairfax referente à Garantia de Fiel Cumprimento e tem como beneficiário o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

No dia 18 de janeiro de 2016 foram enviadas correspondências para a abertura de reclamação de sinistro com as seguradoras Austral e Fairfax referentes ao saldo remanescente do adiantamento de pagamento efetuado no início do contrato.

Faço ao contexto de inadimplência do CCPG, o qual culminou na rescisão contratual, a Guanhões Energia está tomando todas as medidas necessárias à conclusão das negociações necessárias para a reconstrução do escopo remanescente.

Adicionalmente, a Guanhões Energia já instaurou processo de arbitragem para cobrança, ao Consórcio Construtor, das penalidades contratuais e indenizações devidas em razão do inadimplimento do Contrato EPC.

As novas datas de disponibilidade para a entrada em operação comercial das Unidades Geradoras das PCHs, somente poderão ser definidas após a recontração do escopo remanescente do contrato EPC para continuidade e término da implantação do empreendimento.

2. ENTIDADES INVESTIDAS

a) Reorganização Societária

Para atendimento às premissas de obtenção do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, no que se refere à segregação em quatro beneficiárias, correspondente às quatro PCHs, de acordo com a Ata da AGE de 04 de março de 2013, item 5.6, foi aprovada a criação de quatro controladas integrais da Companhia, correspondentes às respectivas PCH's, denominadas:

- PCH Dores de Guanhões S.A. CNPJ nº 18.471.058/0001-89;
- PCH Fortuna II S.A. CNPJ nº 18.471.053/0001-56;
- PCH Jacaré S.A. CNPJ nº 18.471.064/0001-36;
- PCH Senhora do Porto S.A. CNPJ nº 18.471.070/0001-93;

As referidas empresas foram constituídas na data de 02 de maio de 2013, mediante suas respectivas Escrituras Públicas de Constituição de Sociedade Controlada.

Foram realizadas transferências de titularidades com a ANEEL após levantamento de informações embasadas por meio de laudos de avaliação patrimonial contábil elaborados por empresa independente. Em seguida, em 01 de junho de 2014, foi realizada a integralização do capital nas PCHs e a transferência de ativos da Guanhões Energia para cada uma das PCHs, data em que a Guanhões Energia passou a consolidar as PCHs em suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, uma nova transferência de ativos da Guanhões Energia para cada uma das PCHs foi realizada em 31 de dezembro de 2015.

Os valores dos ativos transferidos a cada uma das PCHs estão apresentados na Nota explicativa nº 07.

Concessões e autorizações

Concessões / autorizações	Data do ato	Data de Vencimento
PCH Dores de Guanhões	nov/2002	nov/2032
PCH Fortuna II	dez/2001	dez/2031
PCH Jacaré	out/2002	out/2032
PCH Senhora do Porto	out/2002	out/2032